



6. ALTERAÇÃO DO PROGRAMA DO PROCEDIMENTO E CADERNO DE ENCARGOS DA OBRA CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM TERRENO MUNICIPAL PARA CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE COMPLEXO DESPORTIVO INTEGRADO – PROPOSTA N.º CPCOP.

1.18. DMOSM:

Da **DMOSM** submetendo à consideração do Executivo, com vista a Assembleia Municipal a aprovação da alteração do programa do procedimento e caderno de encargos, da obra mencionada em epígrafe.

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se ao Sr. Presidente.


(Eng.ª Alzira Torres)2018/12/03**Despacho:***A reunião do
Executivo Municipal**De/* O Presidente,
(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)01/202/2018

ORGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR: Câmara Municipal de Braga no uso de competência própria, de acordo com o disposto no artigo 18.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, mediante autorização da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 25.º n.º 1, alínea p) da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.

PROPOSTA N.º CPCOP.1.18.DMOSM

CONCESSÃO DE OBRAS PÚBLICAS: “CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM TERRENO MUNICIPAL PARA CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE COMPLEXO DESPORTIVO INTEGRADO”.

Prazo de obra: 480 dias.

PROPOSTA: APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO PROGRAMA DO PROCEDIMENTO E CADERNO DE ENCARGOS

I – Alteração do Caderno de Encargos

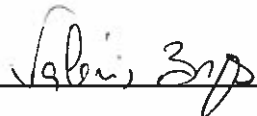
Relativamente ao procedimento em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de câmara no dia 26/11/2018, tendo estes serviços recebido a alteração do Programa do Procedimento e do Caderno de Encargos, nomeadamente a alteração do número 3 da cláusula 2.ª, a alteração do número 1, alínea a), b), c) e d) da cláusula 8.ª, a alteração do número 3 da cláusula 9.ª a alteração do número 1 da cláusula 12.ª, a



alteração da cláusula 14.^a, a alteração do número 2, alínea d) da cláusula 16.^a, a alteração do número 1 da cláusula 24.^a, todas do Programa do Concurso; a alteração do número 1.10 da cláusula 3.^a, a alteração do número 1 e 2 e a supressão do número 3 e 4 da cláusula 10.^a, todas do Caderno de Encargos, propõe-se a aprovação das respetivas alterações do Programa do procedimento e Caderno de Encargos, em anexo.

3 de dezembro de 2018

Pelos Serviços da DMOSM,



(Valéria Borges)

Em anexo:

- Programa do Procedimento;
- Caderno de Encargos.

MUNÍCIPIO DE BRAGA

Câmara Municipal



PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

CONCURSO PÚBLICO

**“CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM TERRENO
MUNICIPAL PARA A CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO
DE COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE
BRAGA”**

Índice

| | |
|--|----|
| Programa do Procedimento | 2 |
| Capítulo I | 2 |
| Disposições gerais..... | 2 |
| Capítulo II | 3 |
| Regras de participação | 3 |
| Capítulo III | 5 |
| Proposta..... | 5 |
| Capítulo IV..... | 9 |
| Análise das propostas e adjudicação..... | 9 |
| Capítulo V..... | 13 |
| Habilitação | 13 |
| Capítulo VI..... | 15 |
| Caução | 15 |
| Capítulo VII..... | 16 |
| Celebração de contrato | 16 |
| Capítulo VIII..... | 17 |
| Recursos..... | 17 |

Programa do Procedimento

Capítulo I Disposições gerais

Cláusula 1ª

Objeto do Contrato

O presente Concurso Público tem por objeto a **Concessão de exploração de um terreno municipal para a Construção e exploração de Complexo Desportivo Municipal de Braga**, na Rua Luís Soares Barbosa, em Braga, num terreno municipal com área de 6476m², com uma área de implantação de 3000m², uma cêrcea máxima de 12 metros e estacionamento subterrâneo no terreno, de acordo com as condições definidas nas especificações e no Caderno de Encargos, nos termos do Artigo 130º e seguintes, do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Cláusula 2ª

Entidade pública contratante

1. A entidade Pública contratante é a **Câmara Municipal de Braga**, sita na Praça do Município em Braga, cuja decisão de contratar foi tomada pela Assembleia Municipal de Braga, através do Edital [REDACTED], datado de [REDACTED].
2. As peças do concurso estão disponíveis para consulta dos interessados das [REDACTED] às [REDACTED] e das [REDACTED] às [REDACTED], na Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais, sita no Edifício do Pópulo, na Praça Conde Agrolongo, em Braga, com o número de telefone 253203150 e com o email contratacao.empreitadas@cm-braga.pt.
3. A consulta e disponibilização das peças do procedimento será através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.
4. Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante, o júri do concurso e os interessados, na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica, nos termos dos artigos 467º a 469º do CCP.

Cláusula 3ª

Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento deverão ser solicitados pelos interessados, por escrito, através da plataforma eletrónica www.anogov.com, na funcionalidade esclarecimentos/comunicações, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados pelo júri do procedimento, por escrito, através da plataforma eletrónica www.anogov.com, na funcionalidade esclarecimentos/comunicações, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Dos esclarecimentos prestados e das retificações de erros ou omissões efetuadas, juntar-se-á cópia às peças patentes em concurso, sendo a sua existência comunicada aos interessados e publicitada na plataforma eletrónica www.anogov.com, de acordo com o art. 50º do CCP.

Capítulo II

Regras de participação

Cláusula 4ª

Concorrentes

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participe no procedimento de formação de um contrato, mediante a apresentação de uma proposta.
2. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do Artigo 54º do CCP, nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Todos os membros de um agrupamento concorrente serão solidariamente responsáveis perante o Município de Braga pela manutenção da sua proposta, assumindo as consequências legais.
5. Qualquer alteração na composição do agrupamento terá de ser autorizada pelo Município de Braga, sob pena de exclusão do concurso, mediante solicitação escrita, assinada por todos os constituintes, incluindo a renunciante e a que a substitui, se esse for o caso.
6. Se algum dos elementos deixar de fazer parte integrante do agrupamento, a sua quota de responsabilidade transitará, na íntegra, para os restantes elementos, sem prejuízo de o Município de Braga, se assim o entender, acionar o elemento desistente e/ou os restantes, no sentido de os ressarcir dos prejuízos daí decorrentes.
7. No caso de consórcio externo, para além da indicação da percentagem de participação de cada uma das empresas, deverá designar-se uma delas para o desempenho das funções de “chefe de consórcio”, sem prejuízo da responsabilidade solidária das restantes.
8. A falência, dissolução ou inabilitação judicial do exercício da atividade social de qualquer das empresas do agrupamento concorrente, ou a pendência do respetivo processo, acarreta a imediata exclusão do agrupamento, seja qual for a fase em que o procedimento do concurso se encontre, sem prejuízo da responsabilidade solidária das restantes empresas do agrupamento concorrente relativa aos prejuízos causados ao Município de Braga pela sua exclusão.
9. Nenhuma entidade poderá figurar em mais do que um agrupamento de empresas, nem se apresentar integrada em agrupamento caso concorra individualmente, sob pena de exclusão.
10. Os agrupamentos de empresas que, à data de apresentação da sua proposta, já estejam legalmente constituídos sob a forma de consórcio externo, em regime

de responsabilidade solidária, instruirão a sua proposta com um documento comprovativo de tal constituição.

Cláusula 5ª

Impedimentos

Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem nas situações descritas no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo III

Proposta

Cláusula 6ª

Noção de proposta e prazo de entrega

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta deve ser entregue até às 18:00 horas do 30º dia a contar da data de envio para publicação do anúncio de abertura no *Diário da República* e no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Cláusula 7ª

Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas

1. Quando as retificações ou esclarecimentos previstos na Cláusula 3ª sejam comunicadas, pela entidade adjudicante, para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado, a indicar pelo júri do procedimento.
2. As retificações referidas na Cláusula 3ª, independentemente do momento da sua comunicação por parte da entidade adjudicante, ou a aceitação dos erros e omissões do caderno de encargos, nos termos da Cláusula 13ª implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao prazo decorrido desde o início do prazo para apresentação das

propostas, até à comunicação ou publicitação da decisão de aceitação de erros e omissões.

3. As prorrogações previstas nos artigos anteriores serão juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso no Diário da República, nos termos do nº 4, do artigo 64º do CCP, conforme os casos.

Cláusula 8ª

Documentos da proposta

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Proposta com indicação da contrapartida à entidade adjudicante, conforme o definido na cláusula 12.ª do Programa do Concurso;
 - b) Proposta funcional, incluindo Estudo prévio de Arquitetura e articulação funcional;
 - c) Proposta arquitetónica, incluindo proposta construtiva (Projeto de execução (Peças desenhadas, peças escritas, incluindo memória descritiva, plano de trabalhos e orçamento);
 - d) Proposta urbanística;
 - e) Projeto de Exploração, incluindo, nomeadamente o programa e a oferta desportiva, bem como o equipamento a instalar.
 - f) Proposta de eficiência energética
2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis por conterem atributos da proposta de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.

Cláusula 9ª

Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela Câmara Municipal de Braga.
2. Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica deverão ser assinados eletronicamente através de certificado de assinatura eletrónica qualificada e juntar documento que mandate quem assine a proposta, se aplicável.

3. A receção das propostas é registada pela plataforma eletrónica, com referência às respetivas data e hora.
4. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do previsto no nº 1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado:
 - a) No rosto do qual deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante;
 - b) Deve ser entregue diretamente nos serviços de atendimento deste município sitos no Edifício do Pópulo, na Praça Conde Agrolongo, em Braga, sendo entregue aos concorrentes um recibo comprovativo dessa receção, com registo da data e hora, no caso de entrega direta ou por correio registado com aviso de receção para a mesma morada, devendo esta receção ocorrer dentro do prazo fixado na Cláusula 6ª.

Cláusula 10ª

Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou, no caso de tal não ser possível, acompanhado da devida tradução legalizada.

Cláusula 11ª

Propostas Variantes

1. Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.
2. São variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos pelo caderno de encargos.
3. Cada concorrente só pode apresentar uma única proposta.

Cláusula 12ª

Indicação das Contrapartidas

1. A proposta da contrapartida à entidade adjudicante deve indicar, o respetivo valor não inferior a 700.000€ (setecentos mil euros).

2. Os preços devem ser indicados em algarismos e por extenso e, em caso de divergência, os indicados por extenso prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

Cláusula 13ª

Erros e omissões do caderno de encargos

- 1) Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões do caderno de encargos detetados que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou danos que se revelem desconformes com a realidade, ou
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar ou;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrarem que o interessado não considere exequíveis.
- 2) Excetua-se do disposto no número anterior os erros e omissões que os interessados, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do contrato.

Cláusula 14ª

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Cláusula 15ª

Classificação de documentos da proposta

1. Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, podem os interessados requerer, através da plataforma eletrónica referida na cláusula 2ª até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação de documentos que constituam a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.

2. A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a proposta deve ser notificada aos interessados, através da plataforma eletrónica referida na cláusula 2ª, até ao segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
3. Considera-se não escrita ou não declarada a classificação de um documento que não tenha sido expressamente autorizada nos termos do disposto nos números anteriores.
4. Se, no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinam a classificação do documento, é promovida oficiosamente, pelo júri do concurso, a respetiva desclassificação que será informada a todos os interessados.
5. Quando, por força da classificação dos documentos que constituem a proposta, não seja possível apresenta-los nos termos previstos na Cláusula 9ª, ou no prazo fixado na Cláusula 6ª, o júri pode estabelecer oficiosamente ou a pedido do interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo, na medida do estritamente necessário.

Capítulo IV

Análise das propostas e adjudicação

Cláusula 16ª

Análise das Propostas

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos, representados pelos fatores e subfatores que densificam o critério de adjudicação e termos ou condições.
2. São excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a) Que não apresentem os documentos referidos na Cláusula 8ª:
 - b) Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no programa do procedimento e caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar não submetidos à concorrência sem prejuízo das especificações técnicas;

- c) Impossibilidade e avaliação em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- d) O preço da contrapartida seja inferior ao preço base;
- e) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- f) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência, que deve ser imediatamente comunicada à Autoridade da Concorrência;
- g) Que não sejam assinados eletronicamente através de certificado de assinatura eletrónica qualificada devidamente mandatado.

Cláusula 17ª

Esclarecimentos sobre as propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas, fixando prazo para a sua apresentação.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinem a sua exclusão nos termos da Cláusula 16ª, nº2.
3. Todos os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na plataforma eletrónica referida na Cláusula 2ª, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse ato.

Cláusula 18ª

Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita à proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade da melhor relação qualidade-preço, de acordo com os seguintes fatores:

| FATOR | SUBFATOR | PONTUAÇÃO | PONDERAÇÃO | NOTAS |
|---|--|-----------|--|-------|
| 1.Proposta Funcional (PF) | | 20 pontos | | |
| | 1.1 Estudo Prévio | 10 pontos | Avalia de 0 a 10 pontos as propostas mais adequadas aos requerimentos municipais | 1 |
| | 1.2 Articulação Funcional | 10 pontos | Avalia de 0 a 10 pontos as propostas detalhadas e coerentes explicitando com clareza a articulação entre as diversas áreas funcionais, os acessos públicos e as áreas de serviço. | 2 |
| 2.Proposta Arquitetónica (PA) | | 25 pontos | | |
| | 2.1 Proposta Construtiva | 5 pontos | Avalia de 0 a 10 pontos a proposta com a definição de processos construtivos e dos materiais de revestimento adequados ao uso. | 3 |
| | 2.2 Proposta Arquitetónica | 10 pontos | Avalia de 0 a 10 pontos a proposta com soluções ao nível dos alçados e demonstração da sua integração na envolvente urbana. | 4 |
| | 2.3 Eficiência Energética | 10 pontos | Avalia de 0 a 10 pontos a proposta com soluções ao nível da eficiência energética e classificação energética do complexo. | 5 |
| 3.Integração Urbanística (IU) | | 10 pontos | | |
| | 3.1 Proposta Urbanística | 10 pontos | Avalia de 0 a 10 pontos se cumpre integralmente os parâmetros urbanísticos, designadamente alinhamentos, cêrceas e número de lugares de estacionamento subterrâneo. | 6 |
| 4.Projeto de Exploração (PE) | | 25 pontos | | |
| | 4.1 Diversidade e Qualidade do Programa e da Oferta Desportiva | 15 pontos | Avalia de 0 a 10 pontos a proposta completa da programação e oferta desportiva para todo o Centro Desportivo a construir no espaço concessionado, definindo as valências da oferta, o público-alvo, as atividades principais, as atividades complementares, os horários de funcionamento e propostas de parcerias com o Município de Braga. | 7 |
| | 4.2 Equipamento a Instalar | 10 pontos | Avalia de 0 a 10 pontos a proposta completa dos equipamentos técnicos a instalar, nomeadamente equipamentos técnicos de aquecimento e tratamento de águas da piscina, sistemas de AVAC, máquinas de musculação e de fitness, apresentando marcas e características dos equipamentos. | 8 |
| 5.Proposta de remuneração apresentada pelo concessionário (P) | | 20 pontos | Avalia com 3 pontos a proposta de investimento igual ao preço base; 5 pontos - proposta de remuneração até 15% superior ao preço base; 12 pontos - proposta de investimento até 30% superior ao preço base; 17 pontos - proposta de remuneração até 45% superior ao preço base; 20 pontos – proposta de investimento superior a 50% do preço base. | |

1. Deverá apresentar estudo prévio de arquitetura, com peças desenhadas que comprovem a exequibilidade do projeto, designadamente plantas, alçadas e cortês.

2. Deverá apresentar proposta detalhada e coerente explicitando com clareza a articulação entre as diversas áreas funcionais, os acessos públicos e as áreas de serviço.

3. Deverá apresentar proposta detalhada com a definição de processos construtivos e dos materiais de revestimento adequados ao uso.

4. Deverá apresentar proposta com soluções ao nível dos alçados e demonstração da sua integração na envolvente urbana.

5. Apresenta proposta com soluções ao nível da eficiência energética.

6. Apresenta proposta que permite verificar o cumprimento dos parâmetros urbanísticos, designadamente alinhamentos, cêrceas e número de lugares de estacionamento subterrâneo.

7. Deverá apresentar proposta completa de programação e oferta desportiva para todo o Centro Desportivo a construir no espaço concessionado, definindo as valências da oferta, o público-alvo, as atividades principais, as atividades complementares, os horários de funcionamento e propostas de parcerias com o Município de Braga.

8. Deverá apresentar proposta completa dos equipamentos técnicos a instalar, nomeadamente equipamentos técnicos de aquecimento e tratamento de águas da piscina, sistemas de AVAC, máquinas de musculação e de fitness, apresentando marcas e características dos equipamentos.

2. Em caso de igualdade entre as propostas, será considerado como critério de desempate a ordenação das propostas em cada um dos fatores acima indicados. Se mesmo assim persistir o empate, será realizado um sorteio presencial entre as propostas envolvidas, cujos moldes serão oportunamente comunicados aos respetivos concorrentes.

Cláusula 19ª

Adjudicação

1. A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas.
2. A decisão de adjudicação deve ser notificada a todos os concorrentes em simultâneo, até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.
3. O prazo referido no nº anterior pode ser alargado, desde que devidamente justificado, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi escolhida, sem prejuízo da indemnização prevista no artigo 76º, nº3, do CCP.
4. Juntamente com a notificação da adjudicação notifica-se o concorrente para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos na Cláusula 21ª;
 - b) Prestar caução;
 - c) Confirmar o prazo para os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
5. A supra referida notificação deve ser sempre acompanhada do relatório final de análise das propostas, bem como da minuta do contrato a celebrar, no procedimento em causa.

Cláusula 20ª

Causas da não adjudicação

1. Não há lugar a adjudicação, que determina a revogação do ato de contratar, quando:
 - a) Nenhum concorrente tenha apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o prazo fixado para a apresentação das propostas, sem prejuízo da indemnização prevista nos termos do nº4 do artigo 79º do CCP;
 - d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem, sem prejuízo da indemnização prevista nos termos do nº 4 do artigo 79º do CCP.
2. As causas de não adjudicação previstas no número anterior, alíneas c) e d), quando ocorrerem entre o início do procedimento e o termo do prazo para apresentação das propostas, também pode determinar a revogação da decisão de contratar.
3. A decisão de não adjudicação e seus fundamentos deve ser notificada a todos os concorrentes.

Capítulo V
Habilitação

Cláusula 21ª

Documentos de habilitação

- 1.1. O adjudicatário deve apresentar através da plataforma eletrónica, os seguintes documentos de habilitação, até ao 6º dia após notificação de adjudicação, devendo os mesmos serem redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código dos contratos Públicos;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h), do nº 1 do artigo 55º do CCP.
- 1.2. O prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos é de 5 dias.

2. O adjudicatário deve ainda apresentar a titularidade de Alvará de Construção emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos do Mobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, IP) que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.
3. A Câmara Municipal de Braga pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando prazo para o efeito.
4. A não apresentação dos documentos de habilitação, no prazo fixado ou no caso de não estarem redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada, por causa imputável ao adjudicatário, implica a caducidade da adjudicação.
5. Se a situação prevista no nº anterior não for imputável ao adjudicatário, ser-lhe-á concedido prazo adicional de acordo com as razões invocadas.
6. No caso previsto no número 4, a adjudicação será efetuada à proposta ordenada em lugar subsequente.

Cláusula 22ª

Modo de apresentação dos documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos na Cláusula anterior, através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, nos termos do disposto na Portaria nº 372/2017, de 14 de dezembro.
2. A Câmara Municipal de Braga pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, da apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido efetuada por correio eletrónico, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações o Artigo 86º do CCP.

3. Sempre que se verifique um dos fundamentos que determine a caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 86º do CCP, o adjudicatário deverá ser notificado ao abrigo do direito de audiência prévia, para que se pronuncie em prazo não superior a 10 (dez) dias.
4. Quando se verificar que esta não é imputável ao adjudicatário deverá conceder-lhe prazo adicional para apresentação dos documentos em falta, não o fazendo o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar à proposta ordenada em lugar subsequente.
5. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas:
 - a) Os documentos previstos no nº 1 da Cláusula 21ª, devem ser apresentados por todos os seus membros;
 - b) Os documentos previstos no nº 3 da Cláusula 21ª, devem ser apresentados por todos os membros cuja atividade careça da sua atividade.
1. É aplicável aos membros dos agrupamentos concorrentes, o disposto nos nºs 4 e 6, da Cláusula 21ª.

Cláusula 23ª

Notificação da apresentação dos documentos de habilitação

A Câmara Municipal de Braga notifica simultaneamente todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário indicando o dia em que ocorreu a sua apresentação.

Capítulo VI

Caução

Cláusula 24ª

Função e valor da caução

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas pela celebração do contrato, em conformidade com o artigo 89.º n.º 3 do Código dos Contratos Públicos, o adjudicatário deverá prestar caução que corresponderá a **2%** do montante correspondente à utilidade económica imediata do contrato para a entidade adjudicante.

Cláusula 25ª

Modo de prestação da caução

1. O adjudicatário deve comprovar a prestação de caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação prevista no nº 4 da Cláusula 19ª.
2. Caso o adjudicatário apresente garantia bancária ou seguro-caução, a redução deste documento deverá seguir o modelo anexo, sendo ainda necessário o reconhecimento das assinaturas constantes da garantia bancária e a indicação da liquidação do respetivo imposto de selo.
3. Caso o adjudicatário preste caução mediante depósito em dinheiro ou títulos, deverá fazê-lo numa instituição de crédito, à ordem da Câmara Municipal de Braga, mediante guia de depósito preenchida pelo próprio em conformidade com o modelo anexo.
4. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.
5. A não prestação da caução, por facto imputável ao adjudicatário, implica a caducidade da adjudicação, passando a mesma para a proposta ordenada no lugar subsequente.

Capítulo VII

Celebração de contrato

Cláusula 26ª

Redução do contrato a escrito

1. Todas as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato escrito serão da conta do adjudicatário.
2. Do presente procedimento será celebrado contrato escrito em suporte papel.

Cláusula 27ª

Aceitação da minuta do contrato

1. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias úteis subsequentes.
2. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou a recusa dos ajustamentos propostos.

Capítulo VIII

Recursos

Cláusula 28ª

Recursos

1. O órgão de recurso administrativo do presente procedimento é a Câmara Municipal de Braga.
2. Para quaisquer questões emergentes do presente procedimento, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Caderno de Encargos

Concurso Público

**“Concessão de Exploração de um Terreno Municipal para a
Construção e Exploração de Complexo Desportivo Municipal de
Braga”**

Caderno de Encargos

Contrato de Concessão

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1ª

Objeto

1- O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Concessão de exploração de um Terreno Municipal para a Construção e Exploração de Complexo Desportivo Municipal de Braga**, na Rua Luís Soares Barbosa, em Braga num terreno municipal com área de 6476m², com uma área de implantação de 3000m², uma cêrcea máxima de 12 metros e estacionamento subterrâneo, de acordo com a planta anexa a este caderno de encargos.

2- A concessionária deve desempenhar as atividades concessionadas de acordo com as exigências de um regular, contínuo e eficiente funcionamento e adotar, para o efeito, os melhores padrões de qualidade.

Cláusula 2ª

Contrato

1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros ou omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de cotratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
- c) A proposta adjudicada;
- d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no Artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no Artigo 101º desse mesmo diploma legal.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 3ª

Obrigações principais do concessionário

1- Sem prejuízo de outras obrigações na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o concessionário as seguintes obrigações principais:

- 1.1 Obrigação de contruir e explorar um Complexo Desportivo Municipal de Braga num lote com área total de 6476m², com uma área de implantação de 3000m² e uma cércea máxima de 12 metros.
- 1.2 Obrigação de construir, no terreno, um estacionamento subterrâneo com cerca de 150 lugares de estacionamento.
- 1.3 Obrigação de apresentar à Câmara Municipal de Braga o projeto completo, com todas as especialidades, do Complexo Desportivo Municipal de Braga com piscina, sauna, spa, salas de atividade de grupo, salas de exercício e musculação. O projeto do Complexo Desportivo Municipal de Braga é objeto de controlo prévio e licenciamento urbanístico no âmbito do previsto no RJUE.
- 1.4 Obrigação de assegurar, durante todo o período da concessão, a manutenção, limpeza e bom funcionamento do Complexo Desportivo Municipal de Braga.
- 1.5 A obrigação do pagamento de todas as despesas de investimento e exploração, que são da responsabilidade do concessionário.
- 1.6 O concessionário tem a obrigação, durante todo o tempo da concessão, de permitir o acesso gratuito à piscina a atividades do Município de Braga, com alunos de Jardins de Infância e/ou escolas do 1º ciclo do Ensino Básico, num período de 2 (duas) horas diárias, durante 3 (três) dias úteis por semana, num número mínimo de 30 (trinta) alunos por hora de utilização e uma ocupação máxima por hora de 2 (duas) pistas. As condições concretas de utilização serão acordadas entre as partes. A utilização de espaço no Complexo Desportivo Municipal de Braga atrás referida por parte do Município de Braga não acarreta qualquer custo ao concessionário em termos de enquadramento técnico.
- 1.7 A segurança das instalações concessionadas será da responsabilidade do concessionário, sem prejuízo da Câmara Municipal de Braga poder adotar as medidas que entender por convenientes.

- 1.8 O concessionário fica responsável pelo integral cumprimento de todas as obrigações relativas à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, nos termos da legislação em vigor.
- 1.9 O concessionário é responsável pelo cumprimento de toda a legislação em vigor no que respeita à atividade que vai desempenhar nomeadamente quanto à higiene e segurança no trabalho, licenças, alvarás e segurança de equipamentos e instalações.
- 1.10 O preço base da contrapartida a pagar pelo concessionário à Câmara Municipal de Braga será de 700.000€ (setecentos mil euros).

Cláusula 4ª

Forma de prestação da concessão

Para acompanhamento da execução do contrato, o concessionário fica obrigado a enviar ao Município de Braga relatórios anuais com o balanço das atividades desenvolvidas no Complexo Desportivo Municipal de Braga e que cumpram o disposto no nº1 do artigo 418º do CCP.

Cláusula 5ª

Prazo de concessão

- 1- A concessão de exploração mantém-se em vigor pelo prazo de 40 (quarenta) anos.
- 2- No final da concessão, o terreno volta à posse do Município de Braga, integrando o património municipal o edificado e respetivo equipamento, que deverão estar em estado de utilização, sem que o concessionário tenha direito a indemnização ou compensação.
- 3- Após assinatura do contrato de concessão, o concessionário deve apresentar todos os projetos de especialidades num prazo máximo de 90 (noventa) dias.
- 4- O concessionário deverá concluir a obra num prazo máximo de 480 (quatrocentos e oitenta) dias, contado a partir da data de aprovação dos projetos e emissão da respetiva licença de construção.

Cláusula 6ª

Conformidade e garantia técnica

O concorrente fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Câmara Municipal de Braga em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do concessionário e prazos respetivos, nos termos do CCP e demais legislações aplicáveis.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 7ª

Objeto do dever de sigilo

1- O concessionário deve guardar sigilo sobre a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, respeitante ao Município de Braga, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3- Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fosse comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo concessionário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de concessão a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações da Câmara Municipal de Braga

Cláusula 9ª

Fiscalização

O Município de Braga tem o direito de fiscalizar as instalações concessionadas, não podendo o concessionário opor-se à mesma.

Cláusula 10ª

Contrapartidas

1- O preço base da contrapartida a pagar pelo concessionário à Câmara Municipal de Braga será de 700.000€ (setecentos mil euros).

2- O pagamento da contrapartida será efetuado pelo concessionário à Câmara Municipal de Braga em duas prestações, respetivamente de 30% aquando da adjudicação da proposta vencedora e 70% no ato do levantamento da licença de construção do Complexo Desportivo Integrado.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 11ª

Penalidades contratuais

- 1- Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal de Braga pode exigir do concessionário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
- 2- As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Câmara Municipal de Braga exija uma indemnização pelo dano excedente.
- 3- A aplicação das sanções contratuais é precedida de audiência prévia escrita à concessionária, para, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação, se pronunciar.

Cláusula 12ª

Força maior

- 1- Não podem ser impostas penalidades ao concessionário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se com tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2- Podem constituir força maior se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3- Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituem força maior para os subcontratos do concessionário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do concessionário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedade ou grupo de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo concessionário de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo concessionário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações como origem nas instalações do concessionário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do concessionário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A concorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13ª

Resolução por parte da Câmara Municipal de Braga

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Câmara Municipal de Braga pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o concessionário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Pelo não cumprimento do projeto apresentado;
- b) O não cumprimento das obrigações constantes do Caderno de Encargos.

Capítulo IV

Caução e seguros

Cláusula 14ª

Execução da caução

1- O exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais pelo cocontratante, será garantido por caução a apresentar nos termos descritos no programa de concurso.

2- A liberação da caução ou dos valores retidos segue os termos previstos no artigo 295º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 15ª

Seguros

1- É da responsabilidade do concessionário a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:

- a) Responsabilidade civil
- b) Multirriscos

2- A Câmara Municipal de Braga pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o concessionário fornecê-la no prazo de 10 (dez) dias.

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 16ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 17ª

Transmissão de concessão

1- A concessão não poderá ser transmitida total ou parcialmente ainda que por arrendamento, sem prévia autorização da Câmara Municipal de Braga, sendo nulos todos os atos e contratos celebrados pelo concessionário com infração ao disposto neste preceito.

2- O concessionário só pode onerar bens do domínio público afetos à concessão mediante autorização, que deve acautelar a compatibilidade daquela oneração com o normal desenvolvimento das atividades concedidas.

3- Nos termos do artigo 411º do Código dos Contratos Públicos, o adjudicatário poderá constituir uma sociedade anónima detida a 100% (cem por cento) pelo adjudicatário para a assinatura do contrato de concessão, com sede em Portugal e objeto social exclusivo, ao longo de todo o período de duração do contrato, as atividades que se encontram integradas na concessão, para exploração da concessão do Complexo Desportivo Municipal de Braga.

Cláusula 18ª

Resgate e Sequestro da concessão

Ao resgate e ao sequestro da concessão são aplicáveis, por convecção, o disposto nos artigos 422º e 421º do Código dos Contratos Públicos, respetivamente.

Cláusula 19ª

Comunicações e notificações

1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 21ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Eliminar Responder
seg 03/12/2018 11:25
João Correia
RE: Elementos Concessão_Complexo Desportivo
Para: Valéria Borges
Cc: Ázara Torres

Mensagem Caderno de Encargos.docx (24 KB) Programa de Procedimento Concurso Publico.docx (198 KB)

Bom dia,
Junto envio documentos já com a alteração.
Cumprimentos,



João Correia
joao.correia@cm-braga.pt
Adjunto Vereador Samuel Araújo
Desporto, Juventude, Saúde e Bem Estar
Associativismo e Cidadania e Participação
Tel.: 253 203 150 Fax: 253 215 918
www.cm-braga.pt

Valéria Borges <valeria.borges@cm-braga.pt>
Enviada: 3 de dezembro de 2018 11:03
Para: João Correia <joao.correia@cm-braga.pt>

João Correia
Município de Braga



Ligue as redes sociais para mostrar fotografias de perfil e atualizações das atividades dos seus colegas no Office. Clique aqui para adicionar redes.
Não existem itens para mostrar nesta vista

- TUDO
- NOVIDADES
- CORREIO
- ANEXOS
- REUNIÕES

MUNÍCIPIO DE BRAGA

Câmara Municipal



BRAGA
Cidade autêntica

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

CONCURSO PÚBLICO

**“CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM TERRENO
MUNICIPAL PARA A CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO
DE COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE
BRAGA”**

Índice

| | |
|--|----|
| Programa do Procedimento | 2 |
| Capítulo I | 2 |
| Disposições gerais..... | 2 |
| Capítulo II | 3 |
| Regras de participação | 3 |
| Capítulo III | 5 |
| Proposta..... | 5 |
| Capítulo IV..... | 10 |
| Análise das propostas e adjudicação..... | 10 |
| Capítulo V | 14 |
| Habilitação | 14 |
| Capítulo VI..... | 16 |
| Caução | 16 |
| Capítulo VII..... | 17 |
| Celebração de contrato | 17 |
| Capítulo VIII..... | 17 |
| Recursos..... | 17 |

Programa do Procedimento

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1ª

Objeto do Contrato

O presente Concurso Público tem por objeto a **Concessão de exploração de um terreno municipal para a Construção e exploração de Complexo Desportivo Municipal de Braga**, na Rua Luís Soares Barbosa, em Braga, num terreno municipal com área de 6476m², com uma área de implantação de 3000m², uma cêrcea máxima de 12 metros e estacionamento subterrâneo no terreno, de acordo com as condições definidas nas especificações e no Caderno de Encargos, nos termos do Artigo 130º e seguintes, do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Cláusula 2ª

Entidade pública contratante

1. A entidade Pública contratante é a **Câmara Municipal de Braga**, sita na Praça do Município em Braga, cuja decisão de contratar foi tomada pela Assembleia Municipal de Braga, através do Edital [REDACTED], datado de [REDACTED].
2. As peças do concurso estão disponíveis para consulta dos interessados das [REDACTED] às [REDACTED] e das [REDACTED] às [REDACTED], na Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais, sita no Edifício do Pópulo, na Praça Conde Agrolongo, em Braga, com o número de telefone 253203150 e com o email municipe@cm-braga.pt.
3. A consulta e disponibilização das peças do procedimento seguirão o disposto no **anexo I**.
4. Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante, o júri do concurso e os interessados, na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica, nos termos dos artigos 467º a 469º do CCP.

Cláusula 3ª

Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento deverão ser solicitados pelos interessados, por escrito, através da plataforma eletrónica [REDACTED], na funcionalidade esclarecimentos/comunicações, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados pelo júri do procedimento, por escrito, através da plataforma eletrónica [REDACTED], na funcionalidade esclarecimentos/comunicações, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Dos esclarecimentos prestados e das retificações de erros ou omissões efetuadas, juntar-se-á cópia às peças patentes em concurso, sendo a sua existência comunicada aos interessados que procederam ao levantamento do processo de concurso e publicitada na plataforma eletrónica [REDACTED] de acordo com o art. 50º do CCP.

Capítulo II

Regras de participação

Cláusula 4ª

Concorrentes

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participe no procedimento de formação de um contrato, mediante a apresentação de uma proposta.
2. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do Artigo 54º do CCP, nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Todos os membros de um agrupamento concorrente serão solidariamente responsáveis perante o Município de Braga pela manutenção da sua proposta, assumindo as consequências legais.
5. Qualquer alteração na composição do agrupamento terá de ser autorizada pelo Município de Braga, sob pena de exclusão do concurso, mediante solicitação escrita, assinada por todos os constituintes, incluindo a renunciante e a que a substitui, se esse for o caso.
6. Se algum dos elementos deixar de fazer parte integrante do agrupamento, a sua quota de responsabilidade transitará, na íntegra, para os restantes elementos, sem prejuízo de o Município de Braga, se assim o entender, acionar o elemento desistente e/ou os restantes, no sentido de os ressarcir dos prejuízos daí decorrentes.
7. No caso de consórcio externo, para além da indicação da percentagem de participação de cada uma das empresas, deverá designar-se uma delas para o desempenho das funções de “chefe de consórcio”, sem prejuízo da responsabilidade solidária das restantes.
8. A falência, dissolução ou inabilitação judicial do exercício da atividade social de qualquer das empresas do agrupamento concorrente, ou a pendência do respetivo processo, acarreta a imediata exclusão do agrupamento, seja qual for a fase em que o procedimento do concurso se encontre, sem prejuízo da responsabilidade solidária das restantes empresas do agrupamento concorrente relativa aos prejuízos causados ao Município de Braga pela sua exclusão.
9. Nenhuma entidade poderá figurar em mais do que um agrupamento de empresas, nem se apresentar integrada em agrupamento caso concorra individualmente, sob pena de exclusão.
10. Os agrupamentos de empresas que, à data de apresentação da sua proposta, já estejam legalmente constituídos sob a forma de consórcio externo, em regime

de responsabilidade solidária, instruirão a sua proposta com um documento comprovativo de tal constituição.

Cláusula 5ª

Impedimentos

Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem nas situações descritas no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo III

Proposta

Cláusula 6ª

Noção de proposta e prazo de entrega

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta deve ser entregue até às 18:00 horas do 30º dia a contar da data de envio para publicação do anúncio de abertura no *Diário da República* e no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Cláusula 7ª

Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas

1. Quando as retificações ou esclarecimentos previstos na Cláusula 3ª sejam comunicadas, pela entidade adjudicante, para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado, a indicar pelo júri do procedimento.
2. As retificações referidas na Cláusula 3ª, independentemente do momento da sua comunicação por parte da entidade adjudicante, ou a aceitação dos erros e omissões do caderno de encargos, nos termos da Cláusula 13ª implicarem

alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao prazo decorrido desde o início do prazo para apresentação das propostas, até à comunicação ou publicitação da decisão de aceitação de erros e omissões.

3. As prorrogações previstas nos artigos anteriores serão juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso no Diário da República, nos termos do nº 4, do artigo 64º do CCP, conforme os casos.

Cláusula 8ª

Documentos da proposta

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, conforme ficheiro disponibilizado na plataforma [REDACTED] junto às peças do procedimento (este ficheiro deve ser descarregado para o PC do concorrente e de seguida aceder ao endereço _____ e selecionar as opções _____ selecionando o ficheiro anteriormente guardado no PC);
 - b) Proposta elaborada de acordo com a minuta exemplificativa constante do Anexo A, que poderá ser aperfeiçoada pelo concorrente nos elementos que considerar mais vantajosos para a sua proposta;
 - c) Proposta funcional, incluindo Estudo prévio de Arquitetura e articulação funcional;
 - d) Proposta arquitetónica, incluindo proposta construtiva e proposta arquitetónica;
 - e) Proposta urbanística;
 - f) Projeto de Exploração, incluindo, nomeadamente o programa e a oferta desportiva, bem como o equipamento a instalar.
 - g) Proposta de eficiência energética
2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis por conterem atributos da proposta de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.

Cláusula 9ª

Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela Câmara Municipal de Braga **conforme anexo II.**
2. Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica deverão ser assinados eletronicamente através de certificado de assinatura eletrónica qualificada e juntar documento que mandate quem assine a proposta, se aplicável.
3. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregues aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
4. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do previsto no nº 1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado:
 - a) No rosto do qual deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante;
 - b) Deve ser entregue diretamente nos serviços de atendimento deste município sitos no Edifício do Pópulo, na Praça Conde Agrolongo, em Braga, sendo entregue aos concorrentes um recibo comprovativo dessa receção, com registo da data e hora, no caso de entrega direta ou por correio registado com aviso de receção para a mesma morada, devendo esta receção ocorrer dentro do prazo fixado na Cláusula 6ª.

Cláusula 10ª

Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou, no caso de tal não ser possível, acompanhado da devida tradução legalizada.

Cláusula 11ª

Propostas Variantes

1. Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

2. São variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos pelo caderno de encargos.
3. Cada concorrente só pode apresentar uma única proposta.

Cláusula 12ª

Indicação das Contrapartidas

1. A proposta deve indicar, no Anexo A, o respetivo valor não inferior a 700.000€ (setecentos mil euros), a prestar pela execução das obras de beneficiação em equipamentos desportivos do Concelho de Braga, conforme melhor definido no Caderno de Encargos.
2. Os preços devem ser indicados em algarismos e por extenso e, em caso de divergência, os indicados por extenso prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

Cláusula 13ª

Erros e omissões do caderno de encargos

- 1) Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões do caderno de encargos detetados que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou danos que se revelem desconformes com a realidade, ou
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar ou;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrarem que o interessado não considere exequíveis.
- 2) Excetuam-se do disposto no número anterior os erros e omissões que os interessados, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do contrato.

Cláusula 14ª

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias, contados do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Cláusula 15ª

Classificação de documentos da proposta

1. Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, podem os interessados requerer, através da plataforma eletrónica referida na cláusula 2ª até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação de documentos que constituam a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.
2. A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a proposta deve ser notificada aos interessados, através da plataforma eletrónica referida na cláusula 2ª, até ao segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
3. Considera-se não escrita ou não declarada a classificação de um documento que não tenha sido expressamente autorizada nos termos do disposto nos números anteriores.
4. Se, no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinam a classificação do documento, é promovida oficiosamente, pelo júri do concurso, a respetiva desclassificação que será informada a todos os interessados.
5. Quando, por força da classificação dos documentos que constituem a proposta, não seja possível apresenta-los nos termos previstos na Cláusula 9ª, ou no prazo fixado na Cláusula 6ª, o júri pode estabelecer oficiosamente ou a pedido do interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo, na medida do estritamente necessário.

Capítulo IV

Análise das propostas e adjudicação

Cláusula 16ª

Análise das Propostas

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos, representados pelos fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação e termos ou condições.
2. São excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a) Que não apresentem os documentos referidos na Cláusula 8ª;
 - b) Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no programa do procedimento e caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar não submetidos à concorrência sem prejuízo das especificações técnicas;
 - c) Impossibilidade e avaliação em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
 - d) O preço contratual seja inferior ao preço base;
 - e) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
 - f) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência, que deve ser imediatamente comunicada à Autoridade da Concorrência;
 - g) Que não sejam assinados eletronicamente através de certificado de assinatura eletrónica qualificada devidamente mandatado.

Cláusula 17ª

Esclarecimentos sobre as propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas, fixando prazo para a sua apresentação.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos,

nem visem suprir omissões que determinem a sua exclusão nos termos da Cláusula 16ª, nº2.

3. Todos os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na plataforma eletrónica referida na Cláusula 2ª, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse ato.

Cláusula 18ª

Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita à proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade da melhor relação qualidade-preço, de acordo com os seguintes fatores:

| FATOR | SUBFATOR | PONTUAÇÃO | PONDERAÇÃO | NOTAS |
|-------------------------------|--|-----------|--|-------|
| 1.Proposta Funcional (PF) | | 20 pontos | | |
| | 1.1 Estudo Prévio | 10 pontos | Avalia de 0 a 10 pontos as propostas mais adequadas aos requerimentos municipais | 1 |
| | 1.2 Articulação Funcional | 10 pontos | Avalia de 0 a 10 pontos as propostas detalhadas e coerentes explicitando com clareza a articulação entre as diversas áreas funcionais, os acessos públicos e as áreas de serviço. | 2 |
| 2.Proposta Arquitetónica (PA) | | 25 pontos | | |
| | 2.1 Proposta Construtiva | 5 pontos | Avalia de 0 a <u>10</u> pontos a proposta com a definição de processos construtivos e dos materiais de revestimento adequados ao uso. | 3 |
| | 2.2 Proposta Arquitetónica | 10 pontos | Avalia de 0 a 10 pontos a proposta com soluções ao nível dos alçados e demonstração da sua integração na envolvente urbana. | 4 |
| | 2.3 Eficiência Energética | 10 pontos | Avalia de 0 a 10 pontos a proposta com soluções ao nível da eficiência energética e classificação energética do complexo. | 5 |
| 3.Integração Urbanística (IU) | | 10 pontos | | |
| | 3.1 Proposta Urbanística | 10 pontos | Avalia de 0 a 10 pontos se cumpre integralmente os parâmetros urbanísticos, designadamente alinhamentos, cêrceas e número de lugares de estacionamento subterrâneo. | 6 |
| 4.Projeto de Exploração (PE) | | 25 pontos | | |
| | 4.1 Diversidade e Qualidade do Programa e da Oferta Desportiva | 15 pontos | Avalia de 0 a <u>10</u> pontos a proposta completa da programação e oferta desportiva para todo o Centro Desportivo a construir no espaço concessionado, definindo as valências da oferta, o público-alvo, as atividades principais, as atividades complementares, os horários de funcionamento e propostas de parcerias com o Município de Braga. | 7 |
| | 4.2 Equipamento a Instalar | 10 pontos | Avalia de 0 a 10 pontos a proposta completa dos equipamentos técnicos a instalar, nomeadamente equipamentos técnicos de aquecimento e tratamento de águas da piscina, sistemas de AVAC, máquinas de musculação e de fitness, apresentando marcas e características dos equipamentos. | 8 |

| | | | |
|--|-----------|--|--|
| 5. Proposta de remuneração apresentada pelo concessionário (P) | 20 pontos | Avalia com 3 pontos a proposta de investimento igual ao preço base; 5 pontos - proposta de remuneração até 15% superior ao preço base; 12 pontos - proposta de investimento até 30% superior ao preço base; 17 pontos - proposta de remuneração até 45% superior ao preço base; 20 pontos – proposta de investimento superior a 50% do preço base. | |
|--|-----------|--|--|

1. Deverá apresentar estudo prévio de arquitetura, com peças desenhadas que comprovem a exequibilidade do projeto, designadamente plantas, alçadas e cortes.
2. Deverá apresentar proposta detalhada e coerente explicitando com clareza a articulação entre as diversas áreas funcionais, os acessos públicos e as áreas de serviço.
3. Deverá apresentar proposta detalhada com a definição de processos construtivos e dos materiais de revestimento adequados ao uso.
4. Deverá apresentar proposta com soluções ao nível dos alçados e demonstração da sua integração na envolvente urbana.

5. Apresenta proposta com soluções ao nível da eficiência energética.

6. Apresenta proposta que permite verificar o cumprimento dos parâmetros urbanísticos, designadamente alinhamentos, cêrceas e número de lugares de estacionamento subterrâneo.
7. Deverá apresentar proposta completa de programação e oferta desportiva para todo o Centro Desportivo a construir no espaço concessionado, definindo as valências da oferta, o público-alvo, as atividades principais, as atividades complementares, os horários de funcionamento e propostas de parcerias com o Município de Braga.
8. Deverá apresentar proposta completa dos equipamentos técnicos a instalar, nomeadamente equipamentos técnicos de aquecimento e tratamento de águas da piscina, sistemas de AVAC, máquinas de musculação e de fitness, apresentando marcas e características dos equipamentos.

2. Em caso de igualdade entre as propostas, será considerado como critério de desempate a ordenação das propostas em cada um dos fatores acima indicados. Se mesmo assim persistir o empate, será realizado um sorteio presencial entre as propostas envolvidas, cujos moldes serão oportunamente comunicados aos respetivos concorrentes.

Cláusula 19ª

Adjudicação

1. A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas.
2. A decisão de adjudicação deve ser notificada a todos os concorrentes em simultâneo, até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.

3. O prazo referido no nº anterior pode ser alargado, desde que devidamente justificado, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi escolhida, sem prejuízo da indemnização prevista no artigo 76º, nº3, do CCP.
4. Juntamente com a notificação da adjudicação notifica-se o concorrente para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos na Cláusula 21ª;
 - b) Prestar caução;
 - c) Confirmar o prazo para os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
5. A supra referida notificação deve ser sempre acompanhada do relatório final de análise das propostas, bem como da minuta do contrato a celebrar, no procedimento em causa.

Cláusula 20ª

Causas da não adjudicação

1. Não há lugar a adjudicação, que determina a revogação do ato de contratar, quando:
 - a) Nenhum concorrente tenha apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o prazo fixado para a apresentação das propostas, sem prejuízo da indemnização prevista nos termos do nº4 do artigo 79º do CCP;
 - d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem, sem prejuízo da indemnização prevista nos termos do nº 4 do artigo 79º do CCP.
2. As causas de não adjudicação previstas no número anterior, alíneas c) e d), quando ocorrerem entre o início do procedimento e o termo do prazo para apresentação das propostas, também pode determinar a revogação da decisão de contratar.
3. A decisão de não adjudicação e seus fundamentos deve ser notificada a todos os concorrentes.

Capítulo V Habilitação

Cláusula 21^a

Documentos de habilitação

- 1.1. O adjudicatário deve apresentar através da plataforma eletrónica, os seguintes documentos de habilitação, até ao 6º dia após notificação de adjudicação, devendo os mesmos serem redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo III;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h), do nº 1 do artigo 55º do CCP.
- 1.2. O prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos é de 5 dias.
2. O adjudicatário deve ainda apresentar certidão da conservatória do registo comercial, com todas as inscrições em vigor que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.
3. A Câmara Municipal de Braga pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando prazo para o efeito.
4. A não apresentação dos documentos de habilitação, no prazo fixado ou no caso de não estarem redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada, por causa imputável ao adjudicatário, implica a caducidade da adjudicação.
5. Se a situação prevista no nº anterior não for imputável ao adjudicatário, ser-lhe-á concedido prazo adicional de acordo com as razões invocadas.

6. No caso previsto no número 4, a adjudicação será efetuada à proposta ordenada em lugar subsequente.

Cláusula 22ª

Modo de apresentação dos documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos na Cláusula anterior, através da plataforma eletrónica utilizada, nos termos do disposto na Portaria nº 372/2017, de 14 de dezembro.
2. A Câmara Municipal de Braga pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, da apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido efetuada por correio eletrónico, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações o Artigo 86º do CCP.
3. Sempre que se verifique um dos fundamentos que determine a caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 86º do CCP, o adjudicatário deverá ser notificado ao abrigo do direito de audiência prévia, para que se pronuncie em prazo não superior a 10 (dez) dias.
4. Quando se verificar que esta não é imputável ao adjudicatário deverá conceder-lhe prazo adicional para apresentação dos documentos em falta, não o fazendo o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar à proposta ordenada em lugar subsequente.
5. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas:
 - a) Os documentos previstos no nº 1 da Cláusula 21ª, devem ser apresentados por todos os seus membros;
 - b) Os documentos previstos no nº 3 da Cláusula 21ª, devem ser apresentados por todos os membros cuja atividade careça da sua atividade.
1. É aplicável aos membros dos agrupamentos concorrentes, o disposto nos nºs 4 e 6, da Cláusula 21ª.

Cláusula 23ª

Notificação da apresentação dos documentos de habilitação

A Câmara Municipal de Braga notifica simultaneamente todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário indicando o dia em que ocorreu a sua apresentação.

Capítulo VI

Caução

Cláusula 24ª

Função e valor da caução

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas pela celebração do contrato, o adjudicatário deverá prestar caução que corresponderá no montante de 100.000€ (cem mil euros).

Cláusula 25ª

Modo de prestação da caução

1. O adjudicatário deve comprovar a prestação de caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação prevista no nº 4 da Cláusula 19ª.
2. Caso o adjudicatário apresente garantia bancária ou seguro-caução, a redução deste documento deverá seguir o modelo anexo (anexo IV), sendo ainda necessário o reconhecimento das assinaturas constantes da garantia bancária e a indicação da liquidação do respetivo imposto de selo.
3. Caso o adjudicatário preste caução mediante depósito em dinheiro ou títulos, deverá fazê-lo numa instituição de crédito, à ordem da Câmara Municipal de Braga, mediante guia de depósito preenchida pelo próprio em conformidade com o modelo anexo (anexo V).
4. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

5. A não prestação da caução, por facto imputável ao adjudicatário, implica a caducidade da adjudicação, passando a mesma para a proposta ordenada no lugar subsequente.

Capítulo VII

Celebração de contrato

Cláusula 26ª

Redução do contrato a escrito

1. Todas as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato escrito serão da conta do adjudicatário.
2. Do presente procedimento será celebrado contrato escrito em suporte papel.

Cláusula 27ª

Aceitação da minuta do contrato

1. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias úteis subsequentes.
2. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou a recusa dos ajustamentos propostos.

Capítulo VIII

Recursos

Cláusula 28ª

Recursos

1. O órgão de recurso administrativo do presente procedimento é a Câmara Municipal de Braga.

2. Para quaisquer questões emergentes do presente procedimento, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Caderno de Encargos

Concurso Público

**“Concessão de Exploração de um Terreno Municipal para a
Construção e Exploração de Complexo Desportivo Municipal de
Braga”**

Caderno de Encargos

Contrato de Concessão

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1ª

Objeto

1- O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Concessão de exploração de um Terreno Municipal para a Construção e Exploração de Complexo Desportivo Municipal de Braga**, na Rua Luís Soares Barbosa, em Braga num terreno municipal com área de 6476m², com uma área de implantação de 3000m², uma cêrcea máxima de 12 metros e estacionamento subterrâneo, de acordo com a planta anexa a este caderno de encargos.

2- A concessionária deve desempenhar as atividades concessionadas de acordo com as exigências de um regular, contínuo e eficiente funcionamento e adotar, para o efeito, os melhores padrões de qualidade.

Cláusula 2ª

Contrato

1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros ou omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de cotratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
- c) A proposta adjudicada;
- d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no Artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no Artigo 101º desse mesmo diploma legal.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 3ª

Obrigações principais do concessionário

1- Sem prejuízo de outras obrigações na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o concessionário as seguintes obrigações principais:

- 1.1 Obrigação de contruir e explorar um Complexo Desportivo Municipal de Braga num lote com área total de 6476m², com uma área de implantação de 3000m² e uma cêrcea máxima de 12 metros.
- 1.2 Obrigação de construir, no terreno, um estacionamento subterrâneo com cerca de 150 lugares de estacionamento.
- 1.3 Obrigação de apresentar à Câmara Municipal de Braga o projeto completo, com todas as especialidades, do Complexo Desportivo Municipal de Braga com piscina, sauna, spa, salas de atividade de grupo, salas de exercício e musculação. O projeto do Complexo Desportivo Municipal de Braga é objeto de controlo prévio e licenciamento urbanístico no âmbito do previsto no RJUE.
- 1.4 Obrigação de assegurar, durante todo o período da concessão, a manutenção, limpeza e bom funcionamento do Complexo Desportivo Municipal de Braga.
- 1.5 A obrigação do pagamento de todas as despesas de investimento e exploração, que são da responsabilidade do concessionário.
- 1.6 O concessionário tem a obrigação, durante todo o tempo da concessão, de permitir o acesso gratuito à piscina a atividades do Município de Braga, com alunos de Jardins de Infância e/ou escolas do 1º ciclo do Ensino Básico, num período de 2 (duas) horas diárias, durante 3 (três) dias úteis por semana, num número mínimo de 30 (trinta) alunos por hora de utilização e uma ocupação máxima por hora de 2 (duas) pistas. As condições concretas de utilização serão acordadas entre as partes. A utilização de espaço no Complexo Desportivo Municipal de Braga atrás referida por parte do Município de Braga não acarreta qualquer custo ao concessionário em termos de enquadramento técnico.
- 1.7 A segurança das instalações concessionadas será da responsabilidade do concessionário, sem prejuízo da Câmara Municipal de Braga poder adotar as medidas que entender por convenientes.

- 1.8 O concessionário fica responsável pelo integral cumprimento de todas as obrigações relativas à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, nos termos da legislação em vigor.
- 1.9 O concessionário é responsável pelo cumprimento de toda a legislação em vigor no que respeita à atividade que vai desempenhar nomeadamente quanto á higiene e segurança no trabalho, licenças, alvarás e segurança de equipamentos e instalações.
- 1.10 O preço base da contrapartida a pagar pelo concessionário à Câmara Municipal de Braga será de 700.000€ (setecentos mil euros), traduzidos em intervenções de beneficiação em equipamentos desportivos do Concelho de Braga. Essas intervenções serão acordadas entre as partes, com base numa proposta a apresentar pelo Município de Braga, competindo ao Município de Braga propor as intervenções a realizar, aprovar projeto ou memorias descritivas, aprovar a respetiva valorização, acompanhar a execução das intervenções e determinar a sua receção após boa execução. Essas intervenções devem estar concluídas até 365 dias após a assinatura do contrato de concessão.

Cláusula 4ª

Forma de prestação da concessão

Para acompanhamento da execução do contrato, o concessionário fica obrigado a enviar ao Município de Braga relatórios anuais com o balanço das atividades desenvolvidas no Complexo Desportivo Municipal de Braga e que cumpram o disposto no nº1 do artigo 418º do CCP.

Cláusula 5ª

Prazo de concessão

- 1- A concessão de exploração mantém-se em vigor pelo prazo de 40 (quarenta) anos.
- 2- No final da concessão, o terreno volta à posse do Município de Braga, integrando o património municipal o edificado e respetivo equipamento, que deverão estar em estado de utilização, sem que o concessionário tenha direito a indemnização ou compensação.
- 3- Após assinatura do contrato de concessão, o concessionário deve apresentar todos os projetos de especialidades num prazo máximo de 90 (noventa) dias.
- 4- O concessionário deverá concluir a obra num prazo máximo de 480 (quatrocentos e oitenta) dias, contado a partir da data de aprovação dos projetos e emissão da respetiva licença de construção.

Cláusula 6ª

Conformidade e garantia técnica

O concorrente fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Câmara Municipal de Braga em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do concessionário e prazos respetivos, nos termos do CCP e demais legislações aplicáveis.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 7ª

Objeto do dever de sigilo

- 1- O concessionário deve guardar sigilo sobre a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, respeitante ao Município de Braga, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3- Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fosse comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo concessionário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de concessão a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações da Câmara Municipal de Braga

Cláusula 9ª

Fiscalização

O Município de Braga tem o direito de fiscalizar as instalações concessionadas, não podendo o concessionário opor-se à mesma.

Cláusula 10ª

Contrapartidas

- 1- O preço base da contrapartida a pagar pelo concessionário à Câmara Municipal de Braga será de 700.000€ (setecentos mil euros), traduzidos em obras de beneficiação em equipamentos desportivos do Concelho de Braga.

2- Essas obras de beneficiação serão acordadas entre as partes, com base numa proposta a apresentar pelo Município de Braga até à data de assinatura do contrato de concessão.

3- Compete ao Município de Braga propor as obras e intervenções a realizar, aprovar os projetos ou memórias descritivas, aprovar a respetiva valorização, acompanhar a execução das obras e determinar a sua receção após boa execução.

4- Após a assinatura do contrato de concessão e licenciamento das obras de beneficiação por parte do Município de Braga, as mesmas obras deverão estar concluídas, por parte do concessionário, num prazo máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 11ª

Penalidades contratuais

1- Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal de Braga pode exigir do concessionário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.

2- As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Câmara Municipal de Braga exija uma indemnização pelo dano excedente.

3- A aplicação das sanções contratuais é precedida de audiência prévia escrita à concessionária, para, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação, se pronunciar.

Cláusula 12ª

Força maior

1- Não podem ser impostas penalidades ao concessionário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se com tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2- Podem constituir força maior se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituem força maior para os subcontratos do concessionário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do concessionário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedade ou grupo de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo concessionário de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo concessionário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações como origem nas instalações do concessionário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do concessionário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A concorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13ª

Resolução por parte da Câmara Municipal de Braga

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Câmara Municipal de Braga pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o concessionário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Pelo não cumprimento do projeto apresentado;
- b) O não cumprimento das obrigações constantes do Caderno de Encargos.

Capítulo IV

Caução e seguros

Cláusula 14ª

Execução da caução

1- O exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais pelo cocontratante, será garantido por caução a apresentar nos termos descritos no programa de concurso.

2- A liberação da caução ou dos valores retidos segue os termos previstos no artigo 295º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 15ª

Seguros

1- É da responsabilidade do concessionário a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:

- a) Responsabilidade civil
- b) Multirriscos

2- A Câmara Municipal de Braga pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o concessionário fornecê-la no prazo de 10 (dez) dias.

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 16ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 17ª

Transmissão de concessão

1- A concessão não poderá ser transmitida total ou parcialmente ainda que por arrendamento, sem prévia autorização da Câmara Municipal de Braga, sendo nulos todos os atos e contratos celebrados pelo concessionário com infração ao disposto neste preceito.

2- O concessionário só pode onerar bens do domínio público afetos à concessão mediante autorização, que deve acautelar a compatibilidade daquela oneração com o normal desenvolvimento das atividades concedidas.

3- Nos termos do artigo 411º do Código dos Contratos Públicos, o adjudicatário poderá constituir uma sociedade anónima detida a 100% (cem por cento) pelo adjudicatário para a assinatura do contrato de concessão, com sede em Portugal e objeto social exclusivo, ao longo de todo o período de duração do contrato, as atividades que se encontram integradas na concessão, para exploração da concessão do Complexo Desportivo Municipal de Braga.

Cláusula 18ª

Resgate e Sequestro da concessão

Ao resgate e ao sequestro da concessão são aplicáveis, por convecção, o disposto nos artigos 422º e 421º do Código dos Contratos Públicos, respetivamente.

Cláusula 19ª

Comunicações e notificações

- 1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 21ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.